



VISÃO EMPRESARIAL

Ronald Krummenauer

Vice-presidente da área de Educação da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA)

A educação brasileira precisa ser resetada

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais que revelam um sistema educacional preso ao passado. Apesar dos avanços no acesso à escola ao longo das últimas décadas, a qualidade do ensino permanece aquém do necessário, evidenciando a urgência de uma transformação profunda.

Nas últimas décadas, o País conseguiu universalizar, em grande parte, o acesso à educação básica, alcançando índices de 95% a 97% de crianças na escola. Esse avanço representa uma importante conquista social. Contudo, esse progresso quantitativo não foi acompanhado por melhorias significativas na qualidade do ensino. Os resultados de avaliações como o PISA e o IDEB demonstram que o desempenho dos estudantes brasileiros continua baixo, indicando uma crise educacional persistente.

Grande parte do problema reside no fato de que o Brasil ainda discute questões típicas do século XX. Estruturas físicas precárias, modelos de ensino ultrapassados e a desvalorização dos professores continuam sendo temas centrais. São pontos importantes, mas precisam ser acompanhados do mais importante que é o aprendizado dos alunos. Enquanto isso, o mundo avança em direção a uma educação baseada em tecnologia, inovação e desenvolvimento de competências para o século XXI. O descompasso é evidente: enquanto outros países investem em inteligência artificial e metodologias ativas, muitas escolas brasileiras ainda carecem de acesso básico à internet.

Além disso, há uma fragmentação nas políticas educacionais

e uma falta de alinhamento entre os diferentes níveis de governo e o setor privado. A educação frequentemente aparece como prioridade em discursos políticos, mas não se traduz em ações efetivas e consistentes na gestão pública. Soma-se a isso a baixa percepção da sociedade sobre a centralidade da educação para o desenvolvimento econômico e social do País.

Experiências pontuais demonstram que mudanças são possíveis. Iniciativas que utilizam tecnologia para a gestão da aprendizagem já apresentaram resultados expressivos, com melhorias significativas no desempenho dos alunos. Isso evidencia que, com planejamento, inovação e compromisso, é possível transformar a realidade educacional.

Diante desse cenário, fica claro que a educação brasileira não precisa apenas de ajustes superficiais, mas de uma reformulação estrutural. É necessário repensar o modelo educacional, valorizar os professores, investir em formação continuada, integrar tecnologia e alinhar políticas públicas com as demandas contemporâneas.

Portanto, mais do que reformas pontuais, o Brasil precisa resetar sua educação. Isso significa romper com práticas ultrapassadas e construir um sistema educacional moderno, eficiente e inclusivo, capaz de preparar os estudantes para os desafios do presente e do futuro.

Aproveito este último parágrafo para agradecer a oportunidade de colaborar com o Jornal do Comércio durante o período que estive vice-presidente de Educação da ACPA – Associação Comercial de Porto Alegre. Meu mandato termina nos próximos dias e até uma próxima oportunidade.

Iniciativas que utilizam tecnologia para a gestão da aprendizagem já apresentaram resultados expressivos

OPINIÃO

CIO e CTO: arquitetos de futuros possíveis

Léo Santos

CTO da Delfia

Durante muitos anos, o sucesso de um CIO ou CTO foi medido pela estabilidade da infraestrutura, eficiência operacional e capacidade técnica. Em 2026, liderar tecnologia significa liderar pessoas, decisões e crescimento do negócio. Segundo o Gartner, mais de 70% das iniciativas estratégicas das empresas já dependem de tecnologia, e quase 50% dos CEOs esperam que o CIO seja corresponsável pelo crescimento da receita.

O principal desafio do CIO hoje é de orquestrar expectativas do board, demandas do negócio, riscos cibernéticos e pessoas. A cadeira de CIO passou a exigir estratégia, comunicação e impacto financeiro. Traduzir projetos técnicos em resultados tangíveis virou competência básica.

O segundo grande desafio é humano e geracional. Profissionais da geração X, millennials e geração Z convivem nas mesmas equipes, com visões muito diferentes sobre trabalho, carreira e propósito. Pesquisas da Deloitte mostram que 44% da geração Z rejeitam modelos tradicionais de liderança e priorizam aprendizado contínuo e flexibilidade. Para o CIO, isso exige assumir uma postura muito mais de mentor para conectar talentos.

Já o terceiro desafio está no

equilíbrio entre velocidade e segurança. A mesma IA que acelera inovação também amplia riscos. Relatórios da IBM indicam que mais de 80% das empresas já enfrentaram incidentes ligados a uso inadequado de dados ou automações mal governadas.

É preciso conectar iniciativas a indicadores de negócio como margem, churn, time to market e experiência do cliente. Quando a tecnologia fala a linguagem do negócio, ganha espaço nas decisões.

No campo da liderança, não existe mais um estilo único que funcione para todos. Estudos da McKinsey mostram que equipes lideradas de forma flexível podem alcançar até 25% mais produtividade.

Em relação à Inteligência Artificial, não se trata de adotar IA por tendência, mas de entender onde ela gera vantagem competitiva. Organizações com centros de excelência em IA, segundo a Accenture, têm até 40% mais retorno

sobre seus investimentos digitais. Isso envolve dados bem organizados, ética, segurança e capacitação das pessoas.

Saber ouvir, adaptar discursos e extrair o melhor de perfis diversos impacta no engajamento, retenção de talentos e resiliência organizacional; além de alfabetização estratégica em IA, para entender seus impactos em custos, riscos e decisões. A PwC aponta que líderes com domínio estratégico de IA tomam decisões até 33% mais rápidas e previsíveis. O CIO ou CTO passou a ser um verdadeiro arquiteto de futuros possíveis. Isso exige coragem para desaprender modelos que funcionaram no passado e construir novas pontes entre gerações, entre tecnologia e negócio, entre inovação e responsabilidade.

Quem compreender essa transformação estará preparado para um ciclo contínuo de mudança que já começou.

Em relação à Inteligência Artificial, não se trata de adotar IA por tendência, mas de entender onde ela gera vantagem competitiva



Caso Master e o Código de Defesa do Consumidor

Gilson Rasador* e Mario Ernesto Humberg*

*Advogado, é coordenador do PNBE.
**Consultor de ética e jornalista, é Presidente do Conselho Consultivo do PNBE

O descalabro do Banco Master, causador de colossais danos, perdas, desfalques e rombos, vai além de seus gestores, e evidencia a prática cotidiana de muitas instituições financeiras, que negociam CDBs e quotas de obscuros fundos de investimentos, FIDCs e outros, cuja avaliação por auditores independentes, é deficiente, não existente ou até tendenciosa.

Ao mesmo tempo gestores de fundos de previdência de funcionários públicos, em geral indicados por políticos de todos os matizes, sem o necessário caráter e com muito poder, mostraram a vulnerabilidade e o risco dos aposentados e pensionistas que dependem da saúde financeira de tais fundos para sobrevivência.

Neste contexto, conquanto seja desalentador o histórico de punição aos maus banqueiros, políticos e gestores de recursos de terceiros, mormente em razão de suas relações próximas e promíscuas com quem tem o dever de punir os desvios de conduta, é momento oportuno para fazer valer a autoridade do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).

Com base no mandamento constitucional de que o Estado promoverá a defesa do consumidor, o Código determina, de forma peremptória, que o fornecedor de serviços é responsável, independente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por serviços defeituosos, que não fornecem a segurança que deles se pode esperar, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Assim, diante ampla rede de falsidades, simulações e manipulações, o CDC impõe, não só ao Banco Master e seus administradores, mas também às instituições financeiras que ofereceram ou orientaram seus clientes a investirem em títulos daquele banco, a responsabilidade pelos danos causados a investidores e a dependentes de fundos de previdência.

Nesse sentido, embora não vendo desvio de conduta no caso julgado (REsp 1724722/RJ), o Superior Tribunal de Justiça afirmou que “a má gestão, consubstanciada pelas arriscadas e temerárias operações com o capital do investidor, ou a existência de fraudes torna o administrador responsável por eventuais prejuízos.” Igualmente os gestores dos fundos de previdência e outros que realizaram a má gestão dos recursos de aposentados e pensionistas merecem exemplar responsabilização.